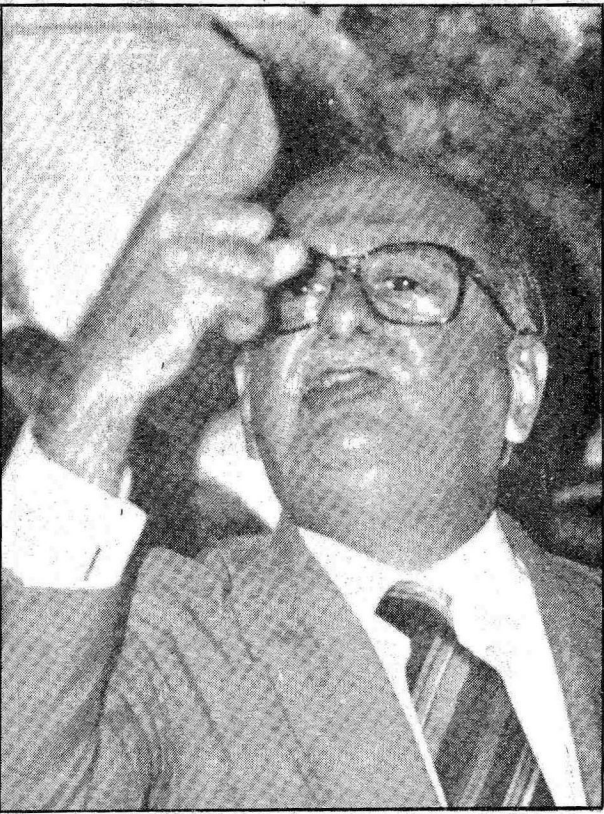


Comunidade quer eleger seus administradores

ARQUIVO



Aparecido: com o dedo no entulho castelista

Lei 5.545 divide líderes

Os defensores da aplicação da Lei 4.545 têm um argumento que consideram irrefutável: a manutenção do estado de direito. Eles afirmam que se a lei é ultrapassada e não corresponde à realidade vivida hoje pelas cidades-satélites, a única solução é modificá-la através de um projeto de lei a ser enviado pelo GDF ao presidente José Sarney. Até lá, advogam, deve ser cumprida a determinação legal.

Um dos grandes defensores dessa posição é o administrador regional do Núcleo Bandeirante, José Eustáquio dos Santos. Há dois anos e seis meses no cargo, Eustáquio argumenta que não se pode ficar contra a lei, "se uma das grandes brigas políticas dos últimos anos foi a garantia do estado de direito". Por outro lado, o administrador se diz favorável à mudança da determinação legal para que se possa garantir a eleição dos ocupantes dos cargos executivos através do voto direto. Indagado sobre a disposição do governador José Aparecido em não manter nenhum dos atuais administradores em seus postos, Eustáquio, hoje filiado ao PMDB, avalla: "Quem tem muito tempo no cargo deve passar por um rodízio, o que é salutar. Quanto a mim, acho que ainda não esgotei o que poderia fazer pelo Núcleo Bandeirante".

Defensor da aplicação da lei, o administrador de Planaltina, Salviano Guimarães, hoje filiado ao PFL, tem uma sugestão: o governador deveria enviar imediatamente ao presidente José Sarney projeto alterando a estrutura político-

administrativa do Distrito Federal, onde estejam previstas as eleições diretas em todos os níveis. No seu entender, essa seria a única forma de se atender aos anseios da comunidade, que não aceita mais ser ignorada no momento das decisões. Para Salviano a demora nas nomeações para as administrações tem prejudicado a população das satélites, na medida em que "nós não temos liberdade para tomar atitudes e decisões".

Sem querer entrar no mérito da questão jurídica, o presidente em exercício da Federação das Indústrias de Brasília (Fibra), Hilton Mendes, afirma que a preocupação dos empresários é uma só: que as pessoas indicadas sejam identificadas com os problemas de sua respectiva cidade-satélite. Para Hilton, o fato do administrador ser servidor ou não do GDF não vai influir no seu desempenho à frente do cargo. Na verdade, o empresário confessa não vê com bons olhos a demora nas nomeações, que "prejudicam terrivelmente as satélites já que as verbas estão paradas".

Distoando do discurso mantido pelas outras lideranças, o presidente do PDS local, Tarcísio Pinto, advoga a manutenção da lei 4.545. Para Tarcísio a nomeação de técnicos para ocupar os executivos das satélites ainda é a melhor opção, na medida em que "a população está satisfeita". A seu ver a lei preservava a população dos chamados "aproveitadores que poderiam usar o cargo com interesses puramente eleitoreiros".

ROSSANA ALVES
Da Editoria de Cidade

A aplicação da Lei 4.545 de 10 de dezembro de 1964, determinando que os administradores das cidades-satélites sejam servidores integrantes ou à disposição do Governo do Distrito Federal, aventada pelo governador José Aparecido como um dos critérios para o preenchimento dos oito cargos, está dividindo as lideranças políticas, sindicais e comunitárias da cidade.

De um lado estão os chamados legalistas, que, mesmo considerando a lei defasada em relação à atual realidade da cidade, defendem sua aplicação, sob o argumento de que deve ser mantido o estado de direito. Não menos convicidas, as lideranças contrárias à determinação de Aparecido lembram que existem formas de se contornar a exigência legal para se garantir que os novos administradores sejam legítimos representantes dos interesses da comunidade.

Na verdade, a maior oposição à lei parte exatamente dos partidos políticos não participantes da Aliança Democrática, das associações de moradores e dos sindicatos de trabalhadores. A tal ponto que elaboraram uma carta aberta à população, onde classificam a medida como "espúria, antidemocrática e lesiva aos interesses da comunidade brasileira".

O presidente do PDT-DF, Antônio Neiva Moreira, é taxativo: "Não se pode admitir que depois de tanto tempo o Governo desengavete um decreto da época do autoritarismo quando estamos vivendo numa época de mudanças". A seu ver a democracia defendida pelo novo governo do DF exige a convocação da população para que esta opine através de suas lideranças sobre os seus destinos. Nesse sentido, Neiva Moreira lembra o recente exemplo das eleições para a escolha do reitor da Universidade de Brasília, onde toda a comunidade universitária pôde participar.

Idêntica posição é defendida pela secretária-geral do PT, Arlete Sampaio. "O governador Aparecido está fugindo de uma consulta às lideranças comunitárias e centralizando poderes para atender às injunções do PMDB e do PFL", acusa Arlete, para quem a lei de Castelo Branco prejudicou em muito a população das

cidades-satélites na medida em que dificultou o surgimento de lideranças nesses últimos 20 anos. Para a secretária-geral do PT, uma das formas de se democratizar os executivos das satélites seria a formação de conselhos comunitários, que teriam como função disciplinar a ação dos administradores escolhidos pelo GDF.

"A lei é ultrapassada e se o Governo insistir em aplicá-la vai frustrar mais uma vez a expectativa da população", garante o presidente do Sindicato dos Vigilantes e da Central Única dos Trabalhadores, Francisco Domingos, o Chico Vigilante. A escolha dos administradores por um plebiscito, como chegou a propor o governador, ou por indicação das lideranças comunitárias é, segundo o sindicalista, a única forma democrática de se resolver a questão. Chico Vigilante vai mais além. Ele questiona frontalmente a determinação do governador em nomear apenas políticos ligados à Aliança Democrática para as administrações regionais. "O PMDB e o PFL não representam os anseios do brasileiro", ressaltava Chico, garantindo que 90 por cento da população do DF ainda não se definiram por um partido.

Preocupado com a "nomeação" de pessoas que nada têm a ver com a nossa comunidade", o presidente da Associação dos Moradores de Sobradinho, Mário Ricardo avisa: "Se o Governo não consultar a comunidade na escolha dos administradores estamos dispostos a ir à rua protestar, além de levar um documento ao presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, cobrando as propostas democráticas do presidente Trancredo Neves". Contundente, Mário Ricardo afirma que é o único nome com condições de satisfazer à população de Sobradinho é o de Benone Beltrão, presidente do PMDB local, que, no entanto, não é servidor do GDF.

Ao criticar a Lei 4.545, por considerá-la "autoritária", o presidente da Associação dos Moradores do Guará, Robson Alvarenga, apresenta o que ele considera uma alternativa para que seja democratizado o processo de escolha dos administradores regionais: a nomeação dos escolhidos pela comunidade, através de suas lideranças, para cargos de confiança do Governo e, posteriormente, uma designação para o Executivo das satélites.



Seligman: a pendência maniqueísta da lei

Seligman quer lei acatada

Apesar de considerar a Lei 4.545 defasada e antidemocrática, o presidente do PMDB-DF, Milton Seligman, se diz favorável ao seu cumprimento. "Não cabe ao poder executivo ferir a disposição legal", lembra Seligman, para quem o estado de direito deve ser mantido acima de tudo.

O presidente do PMDB garante que entre os nomes apresentados pelo partido à apreciação do governador José Aparecido existem pessoas que preencham o requisito legal. Por isso mesmo o partido não foi abalado, quando há 20

dias atrás Aparecido anunciou sua disposição de não ferir a determinação da lei castelista.

O PFL, por sua vez, ainda não se posicionou sobre a aplicação ou não da Lei 4.545. É o que garante o tesoureiro do partido Adolfo Lopes, adiantando que na reunião da Executiva Regional, na próxima terça-feira, a questão deverá ser discutida amplamente. Adolfo lembrou, entretanto, que nas listas de candidatos do partido para as administrações regionais existem nomes que atendem ao requisito legal.